

## SÍNTESE ANALÍTICA

### **GT 7 - Movimentos sociais e representações sindicais do campo: disputas, resistências e formas de organização**

O GT 7 - **Movimentos sociais e representações sindicais do campo: disputas, resistências e formas de organização** acolheu catorze trabalhos para discussão, que foram distribuídos pelas coordenadoras em três seções temáticas: 1) *Construindo resistências: sindicalismo e memória*; 2) *Temas emergentes: a mobilização do direito e o debate ambiental*; 3) *A pluralidade de modos de viver, produzir e fazer política*. Para cada seção, as coordenadoras fizeram uma breve recapitulação do argumento principal dos trabalhos e, na sequência, apontaram questões para fomentar o debate coletivo nos dias do evento. Enquanto algumas questões se referem a aspectos específicos de cada trabalho, outras perpassam todos eles dada as suas afinidades temáticas.

#### **SEÇÃO 1 - Construindo resistências: sindicalismo e memória**

Os trabalhos desta seção tratam das diferentes formas de resistir e lutar por direitos. Um primeiro conjunto de artigos versa sobre a construção da organização sindical no campo, enfatizando, cada um deles, determinadas dimensões desse processo e determinado sujeito coletivo (trabalhadores rurais, agricultores familiares e assalariados rurais). Outros dois artigos abordam o compartilhamento da memória das lutas passadas como uma forma de resistir no presente.

Olhados em conjunto, os três trabalhos que tratam diretamente do sindicalismo oferecem uma visão de longo prazo desse fenômeno e nos carregam a diferentes locais do Brasil. Começamos nosso percurso temporal pela atuação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (Fetape/PE) e suas alianças no período da ditadura civil-militar, no texto de Ricardo Braga. O artigo "Até os vermes serviram pra fazer formação" analisa a atuação da Federação ao longo da ditadura empresarial-militar (1964-1985), apreendendo as estratégias mobilizadas por meio de assessorias educacionais, práticas de formação e construção de reuniões para constituir o trabalho de sindicalização e representação sindical. O autor encontra, no interior da prática sindical, múltiplas concepções de formação, entre aquelas produzidas pelas Ligas Camponesas, pelo PCB, e pelo católico Serviço de Orientação Rural de

Pernambuco (Sorpe). O texto narra um caso emblemático do início dos anos 1970 no Centro Social de Carpina, onde cursos de formação da Fetape eram realizados.

Já o início da redemocratização aparece no texto de Mateus Lazzaretti, que analisa o sindicalismo da agricultura familiar no Rio Grande do Sul nos anos 1980, sem deixar de situar os elementos de crise econômica e transformações políticas relacionadas às políticas da ditadura civil-militar. Mas, Lazzaretti nos leva também à década da redemocratização, quando surgem novas tensões no interior do movimento sindical, entre lideranças estabelecidas na Contag e as oposições sindicais. Algumas optaram por disputar espaço por dentro, enquanto outras se estruturaram por fora da estrutura sindical. Depois, compara os anos 1980 com o período recente de mudanças políticas na virada do Brasil à direita entre 2016 e 2022. O autor busca, com a comparação, evidenciar as mudanças na atuação sindical e refletir sobre os desafios enfrentados pelo sindicalismo atualmente. Na década de 1980, a experiência destes sujeitos foi marcada pela repressão, empobrecimento e ameaça de proletarização, o que deu espaço a uma resposta mais radicalizada, com ações como greves, ocupações de terras e de prédios públicos, num enfrentamento mais direto com setores patronais e do governo.

Entremeados pela formação política da CUT e de setores ligados à Teologia da Libertação, tais lutas fomentaram uma maior identificação dos agricultores familiares enquanto classe trabalhadora. No entanto, na medida em que as conquistas foram obtidas e espaços no Estado foram abertos para atuação através (e próximo) dele, a urgência de lutas mais diretas foi esfriando e a atuação sindical se formalizando. Porém, a reviravolta política ocorrida em 2016 e suas consequências colocaram de novo na ordem do dia a necessidade de organização e pressão num cenário em que, contudo, o sindicalismo estava enfraquecido e com dificuldades de mobilizar suas bases.

Por fim, Filipe Tavares fala especificamente dos últimos dez anos, 2012-2025, mas para isso recupera o percurso histórico do sindicalismo rural no Brasil, com foco nos trabalhadores assalariados. Atenta aos marcos legais e institucionais e como contribuem para produzir e consolidar atores e associações de trabalhadores. Observa como a legislação e seus enquadramentos favoreceram o surgimento de sindicatos de empregados rurais, a formação da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), em 1989, e influenciaram no processo de dissociação dos assalariados rurais da estrutura sindical contaguiana, em 2015.

Um dos pontos fortes dos três trabalhos é a presença de pesquisas de campo que geram ricos relatos, mantendo a tradição de conhecimento aprofundado das dinâmicas locais que marca estudos sobre sindicalismo e movimentos rurais.

Os autores compartilham o olhar longitudinal e, com isso, são capazes de ver transformações e permanências. Olhados em conjunto, que balanço podemos fazer desses processos? Como permitem observar de outro ângulo questões tradicionais para o sindicalismo, como o papel das práticas assistenciais na construção de suas ações? Ou as tensões entre a imagem do sindicalismo “legal” contra os registros “combativos” dos movimentos? (no texto sobre assalariados o tema também volta)

Além disso, o que aprendemos sobre diferenças regionais com esses olhares? Com esses trabalhos, somos capazes de reforçar ou questionar narrativas sobre o sindicalismo, nacionais e internacionais? O que diferencia o sindicalismo rural do urbano? Como as teorias sobre autonomia, cooptação, etc, são reforçadas ou rejeitadas?

Olhados em conjunto, os textos também mostram que em diferentes momentos e espaços há disputas internas entre grupos. O que essa recorrência nos diz de forma mais geral sobre o sindicalismo rural?

Um segundo ponto de convergência é a existência e uso de arquivos: Mateus Lazzaretti usa fontes do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da CUT (DNTR/CUT) no Centro de Documentação e Memória Sindical (CEDOC/CUT). Ricardo Brito pesquisa nos arquivos da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (Fetape) e da Academia Sindical da Fetape, no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP/CPDA/UFRRJ), no Programa de Memória dos Movimentos Sociais (Memov/UFRJ). O mesmo pesquisador menciona que “analisar a documentação sob a guarda da Academia Sindical da Fetape, por si só uma experiência importante, e talvez única, dentro do movimento sindical de trabalhadores/as rurais de preservação e construção de sua própria memória coletiva”. Em ambos os trabalhos, dada a relevância das fontes, valeria desenvolver um pouco mais não apenas onde se pesquisou, mas as condições de pesquisa: como é a pesquisa nesses arquivos? Em que condições de organização se encontram, o que podemos saber deles? Talvez, mais importante do que isso, pensando na publicação dos textos como artigos: como é a análise dos resultados. Como, tendo acesso aos dados, selecionam eventos ou elementos importantes, como constroem análises,

como decidem quais documentos são tão centrais a ponto de serem usados no texto? Sentimos falta de mais debate sobre como organizar, usar o material, e também sobre a metodologia de análise. No caso de Lazzaretti: como foi a sistematização e análise das notícias publicadas no perfil do Facebook? Qual período? Quais potencialidades e limites dessas fontes?

Os três textos sobre sindicalismo compartilham de outra característica, um olhar muito focado para o interior do sindicalismo: como é sua construção em diferentes momentos (na ditadura civil militar, na década de 1990 e atualmente) e as disputas internas ao sindicalismo. Por que a organização do sindicalismo é assunto tão sedutor? Até que ponto as teorias que orientam nossos olhares contribuem para esse tipo de olhar?

Teria isso relação com a ênfase teórica compartilhada entre os trabalhos, relativa às experiências e o horizonte de expectativas construídos pelos sujeitos, com base em Thompson (1984), bem como nas estratégias de resistência cotidiana dos camponeses (Scott, 1990). Em Lazaretti, por exemplo, a organização em sindicatos é vista como “respostas dadas pelos sujeitos às suas experiências de classe”, que por sua vez se conformam nos processos de luta.

Por outro lado, as Teorias dos Movimentos Sociais enfatizam, desde os anos 1980 – seja na Teoria do Processo Político, seja nas teorias dos Novos Movimentos Sociais – o papel das organizações e lideranças na produção da ação coletiva. Melucci, no texto “Um objetivo para os movimentos sociais” afirma que “Os modelos de solidariedade foram incapazes de explicar a passagem das condições sociais para a ação coletiva. O problema marxista clássico (como passar da condição de classe para a consciência de classe) ainda existe e não pode ser resolvido sem levar em consideração como um ator coletivo é formado e mantido”. Como essas considerações podem ser articuladas nos trabalhos de forma a deixar a relação entre cotidiano, a formação e a atuação de organizações sindicais mais evidenciados? O que podemos ganhar ao tratar com mais vagar o papel de medição das lideranças, das organizações, e de suas interações por exemplo com o poder público?

Outra referência teórica breve, mas compartilhada por Braga e Tavares, refere-se aos “agenciamentos”. Em Braga: “Para apreender esses momentos, é essencial observar os agenciamentos e as relações construídas nos múltiplos espaços de interação e de elaboração de discursos ocultos” (p. 14). Tavares também fala de “formas de agenciamento e sociabilidade no interior do sindicalismo”. Podem, na discussão, aprofundar como entendem que agenciamentos são percebidos nas pesquisas? Para Braga: como essa linguagem poderia ajudar

a pensar as transformações da Sorpe na interação com o regime e as outras organizações? Para Tavares: a Greve de 1984, por exemplo, altera agenciamentos? O que as parcerias estabelecidas pela Contar com diferentes organizações, nacionais e internacionais, diz sobre o que é específico no trabalho da Contar em relação à Contag? Estaria sendo gestado ali outro tipo de agenciamento sindical?

Para ambos: como pensar essa articulação teórica de debates tradicionais do campesinato que usam com a ideia de agenciamentos?

Para Lazaretti, poderia ser útil ampliar o diálogo com a ampla literatura que analisou conexões entre movimentos e Estado, especialmente durante o governo Lula. Qual o impacto da ideia de “repertórios de interação” de Abers, Serafim e Tatagiba (2014), por exemplo, para pensar o sindicalismo? Mais tarde, o que há de semelhante ou diferente com o que encontramos nos textos sobre “desmonte” das políticas públicas e as diferentes estratégias de resistência encontradas a depender das formas de organização dos setores de políticas públicas, sob governos Temer e Bolsonaro? (ver Almeida, e também Serafim, Castro e Trindade, 2022).

Para Tavares: o que ganharia ao trazer debates sobre reprodução sindical antes, no texto, de forma a poder mobilizá-la com mais centralidade?

No segundo bloco desta seção, temos dois trabalhos que associam a preservação e valorização da memória de lutas coletivas como uma forma de resistência. O artigo de Nayara Gomes Leite, intitulado “Memória e resistência camponesa: a experiência das ligas camponesas de Sapé-PB”, traz uma importante contribuição teórica para explicarmos a associação entre memória e resistência. Dois conceitos estruturam a pesquisa: o de memória coletiva (Maurice Halbwachs, 1990; Ecléa Bosi, 2006), entendido como construção social das lembranças partilhadas, e o de memoriação (Atila Tolentino 2016; 2023), que significa a atribuição, no tempo presente, de novos sentidos às memórias. A partir de Ecléa Bosi (2006), Leite afirma que a memória pode se transformar em prática, uma vez que aquilo que é lembrado não apenas informa, mas forma socialmente.

Esse processo de formação é captado por meio do estudo de caso do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas (MLLC), localizado na comunidade de Barra de Antas, no município de Sapé-PB. Trata-se de um espaço de compartilhamento das memórias da Ligas Camponesas ocorridas na região. O MLLC possui um acervo histórico com documentos,

vídeos e fotografias e promove exposições com homenagens às lideranças das Ligas. Também são promovidos encontros, rodas de conversa, atividades educativas e eventos culturais. Jovens, militantes, pesquisadores(as) e moradores(as) da região circulam pelo espaço e não apenas revisitam a trajetória das Ligas, mas dialogam “sobre os desafios contemporâneos da luta camponesa e sobre a permanência das desigualdades que motivaram o surgimento do movimento” (p. 10). Ao conectar passado e presente, o Memorial promove a memoriação. Dessa forma, Leite conclui que as lembranças do passado camponês partilhadas pelo Memorial estruturam identidades coletivas e dão sentido às lutas atuais, podendo ser consideradas instrumentos de resistência coletiva.

Enquanto a conexão entre memória e resistência nos parece bem amarrada teoricamente, a discussão sobre a atividade prática do Memorial poderia ser mais desenvolvida. Como são as atividades que o Memorial organiza? Quem ou qual instituição é responsável pelo funcionamento do espaço? Qual leitura o Memorial transmite sobre o legado das Ligas? Como essa articulação com as lutas atuais é feita na prática? Quais categorias, símbolos, narrativas são mobilizadas? Para além da presença de militantes nas atividades do memorial, de que forma o vínculo entre o Memorial e a permanência e ressignificação da luta pela terra pode ser captado? O legado das Ligas é reivindicado por movimentos sociais da atualidade na região? O Memorial atua em parceria com movimentos sociais contemporâneos? A resposta a essas questões passa também pela reflexão sobre a metodologia utilizada pela pesquisa. De acordo com Leite, a pesquisa se baseou em análise documental e bibliográfica. Quais documentos foram analisados? Quais os critérios de seleção foram utilizados?

As potencialidades do acionamento da memória coletiva também estão presentes no artigo “Quarenta anos de luta: encontros, memórias e afetos no assentamento Monte Alegre”. Reginaldo Barbosa de Almeida, Gabriela de Menezes Freitas e Elisa Racy Carlini analisam relatos de assentados envolvidos na festa de celebração dos 40 anos de luta da comunidade. Ressaltamos a originalidade do recorte de pesquisa escolhido. O assentamento Monte Alegre, localizado no município de Araraquara/SP, teve início em 1985 e passou por ampliações ao longo dos anos 1990. Foi formado por famílias de ex-cortadores(as) de cana e teve importante mediação do sindicato de trabalhadores rurais para sua consolidação. De acordo com os pesquisadores, os relatos oferecem um panorama sociopolítico da formação, desenvolvimento e desafios contemporâneos dos assentamentos, o que permite conectar a história local com dinâmicas mais amplas. Além disso, proporcionam um contraponto às análises puramente

estruturais, trazendo autenticidade e emoção através das falas dos assentados. Sobre esse aspecto, seria interessante detalhar quais análises seriam essas e também fazer menção ao referencial teórico que orientou a pesquisa.

É apenas nas considerações finais que o vínculo entre as histórias de vida e as dinâmicas sociais, políticas e econômicas mais amplas é destacado, identificando nos relatos dos assentados temas como a centralidade da reforma agrária como motor de mobilização, seu papel no combate à exclusão social e econômica no campo e a importância de políticas públicas para a reprodução dos assentamentos. Como essa relação entre as dimensões micro e macro foi pensada no desenho da pesquisa? Os temas macros são identificados posteriormente ou são previstos pelo roteiro de entrevistas?

O artigo destaca que o envolvimento dos assentados na organização da comemoração demonstra a sua busca por fortalecer a memória coletiva como forma de resistência e afirmação da identidade do assentamento (p. 12). Assim como o artigo anterior, aqui também se faz uma conexão entre memória e resistência. Como esse vínculo pode ser demonstrado? Por que trazer para o momento presente lembranças sobre uma luta passada significa resistir? Como tratar teoricamente essa questão? Aqui, os conceitos de memória coletiva e memóriação trabalhados no artigo anterior podem contribuir. Retomando a ideia de Leite de que aquilo que é lembrado não apenas informa, mas forma socialmente, podemos compreender a organização e realização da comemoração como resistência, na medida em que produziram um espaço de formação política no assentamento.

Por fim, cabe destacar o relato da participação do sindicalista Élio Neves no evento, uma liderança que esteve à frente da luta pela terra na região de Araraquara nos anos 1980 e 1990. Apesar de não ser o foco do artigo, o vínculo entre sindicatos e movimentos pela reforma agrária/assentamentos na região nos parece um ponto fortuito a se explorar. Como está hoje essa relação? O sindicalismo de assalariados rurais no interior de SP permanece vinculado à luta pela terra? Que participação têm os sindicatos de trabalhadores/assalariados rurais na dinâmica dos assentamentos e vice-versa?

## **SEÇÃO 2 - Temas emergentes: a mobilização do direito e o debate ambiental**

A mobilização do direito por movimentos sociais e populações acampadas para garantir o direito à permanência na terra/território é o tema dos três primeiros artigos que compõem

essa seção. Propomos a todos eles refletir sobre as implicações que a atuação no campo jurídico traz para os movimentos e comunidades. Para além dos resultados dos processos jurídicos, como a atuação nesses espaços modifica discursos, modos de nomear e de se identificar e os demais repertórios de ação dos coletivos? Dialogando com Bourdieu, que aparece no artigo de Tancredo e Quintans, como a interiorização do habitus do campo jurídico afeta os coletivos?

O terceiro artigo desse bloco, que reflete sobre o “giro territorial” dos movimentos de luta pela terra, faz a ponte para os dois outros trabalhos que compõem a seção. Um deles classifica o MST e o MPA como movimentos socioterritoriais e analisa a reconfiguração de suas pautas e estratégias em função da crise climática. Esse debate ambiental aparece também no último artigo por meio da discussão da agroecologia e do cooperativismo no MST.

O artigo de Maria Isabel Matos Tancredo e Mariana Trotta Dallalana Quintans, intitulado “A mobilização do direito pelos movimentos sociais de luta por terra e moradia: a ADPF 828 e reclamações ao STF”, analisou treze reclamações constitucionais movidas no STF pela violação dos juízes e tribunais locais ao que foi determinado pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828. A ADPF 828 foi ajuizada pelo PSOL em 14/04/2021 durante a pandemia de Covid-19. A pesquisa se restringiu às reclamações envolvendo ocupações do MST. As autoras mobilizam autores como Bourdieu e Thompson para dizer que o campo jurídico não é neutro e que, apesar de servir como instrumento de dominação das classes subalternas, é um campo em disputa. A partir de Losekann, afirmam que a estratégia da judicialização pode integrar o repertório de ação coletiva da sociedade civil. Utilizam o conceito de repertório de ação coletiva de McAdam, Tarrow e Tilly, segundo os quais o repertório é fruto de escolhas estrategicamente delimitadas que levam em consideração recursos, oportunidades e restrições

Como conclusões principais, o artigo sustenta que a mobilização do direito é uma das formas de luta que compõem o repertório de ação coletiva dos movimento de luta pela terra e que a análise das reclamações demonstrou que essas foram um mecanismo efetivo de garantia da permanência das famílias nas ocupações, evitando despejos, e remessa dos casos às comissões de conflito fundiário conforme determinava a ADPF 828. Retomando o referencial teórico utilizado pelas autoras, que afirma o campo jurídico como um espaço de disputa, identificamos como uma possibilidade de aprofundamento da pesquisa incluir a análise da

argumentação apresentada pelo Movimento nas reclamações. Dessa forma, poderiam ser observadas as diversas nuances do repertório de ação em questão e da disputa em si.

Outras questões também foram suscitadas pelo artigo. Considerando que a ADPF 828 foi ajuizada por um partido político, a relação entre movimentos de luta pela terra e partidos também não seria parte do repertório de ação coletiva do MST? De que forma a mobilização do direito se apoia ou depende do vínculo com partidos ou com outras organizações? Que lugar a mobilização do direito ocupa na atividade do MST? Há dados para um panorama histórico sobre a utilização desse repertório? Como o artigo dialoga com a literatura que já analisou essa dimensão do movimento?

Em “Assessorando a luta pela terra: reflexões sobre reforma agrária a partir da assessoria jurídica popular”, Naomy Campobelo Felipe Da Silva e Tatiana Cotta abordam a experiência de assessoramento jurídico popular dada à comunidade Campo Alegre pelo Núcleo de Assessoria Jurídica Popular Marli Coragem (NAJUP-MC) da UFRRJ. A comunidade Campo Alegre foi formada em 1984 e ainda não teve a posse da terra regularizada. Interessante destacar o termo “acampassento” mencionado no texto, o qual foi criado por uma moradora para se referir à comunidade. Sobre isso, perguntamos: o que significa para os membros da comunidade viver em um acampassento? Que emoções, sentidos e características associam a essa condição? A partir da literatura nacional, o artigo descreve a histórica concentração fundiária do Brasil, passa pelo período da modernização agrícola e afirma a relevância atual de uma política de reforma agrária, entendida como conjunto de políticas públicas que viabiliza não apenas o acesso à terra, mas a manutenção das famílias nos territórios de reforma agrária.

O NAJUP-MC promove junto à comunidade um trabalho de educação jurídica popular que se desdobra em ações de: organização jurídica de documentação, pressão sobre atores institucionais e visibilidade para o caso. De acordo com as autoras, o Núcleo promove uma prática contra hegemônica no campo jurídico que, em vez de reforçar a lógica formalista e distante do Direito tradicional, aproxima o saber jurídico de realidades concretas e contribui para soluções coletivas, participativas e emancipadoras. Esse artigo dialoga com o primeiro na medida em que ambos partem do princípio de que o direito pode ser disputado e trazer conquistas às populações acampadas. Evidenciar essa disputa a partir de situações concretas mediadas pelo Núcleo, trazendo para a análise dados de processos jurídicos envolvendo a comunidade, nos parece um caminho para o aprofundamento da pesquisa. Como a prática

contra hegemônica se manifesta na seleção dos argumentos, na narrativa dos fatos, nas leis reivindicadas etc.? Ademais, dialogar com a literatura sobre mediadores políticos pode contribuir para pensar as interações entre o Núcleo e a comunidade e como essas modificam os dois polos dessa relação. O que aprendem um com o outro? Quais os conflitos? Como enfrentam os desafios?

O artigo “O território na luta pela terra: a conquista do assentamento Maria Rosa do Contestado”, de Gustavo Steinmetz Soares, aborda o conflito fundiário na Fazenda Capão do Cipó, localizada no município de Castro/PR, e os meandros da disputa jurídica que culminaram na conquista do assentamento Maria Rosa do Contestado. Esse aspecto o faz dialogar com os dois trabalhos anteriores. O texto destaca a importância do conceito de território para compreensão da luta pela terra. O conceito ajudaria a evidenciar como a resistência foi construída. A partir de Cruz (2013), o autor afirma que há um giro territorial das lutas dos movimentos sociais latino-americanos nos anos de 1980 e que o território (re)surge como uma categoria de análise e uma categoria da práxis. Nesse segundo caso, a luta pelo direito ao território significaria a luta pelo direito à terra, água, recursos, produção, memória, ancestralidade, identidade e etc. (p. 3). Dessa forma, o autor procura mostrar como as ações do MST e das famílias acampadas na disputa jurídica buscavam evidenciar diversas dimensões da vida na comunidade e não apenas a do acesso à terra.

Como um caminho para compreender mudanças nas categorias incorporadas pelos movimentos em suas diferentes formas de ação, seria interessante apreciar os repertórios de luta que incorporam a categoria território à luz do que veio antes. Como o acesso e a permanência na terra eram justificados por um determinado movimento antes do (re)surgimento do termo? Que implicações o “giro territorial” do MST trouxe para seus documentos, repertórios de ação coletiva, articulações com outros movimentos etc.?

A despeito da incorporação da categoria território na argumentação do movimento, o que o artigo mostra é que os avanços e recuos na conquista do assentamento via processo judicial dependeram, principalmente, da orientação política do governo que ocupava o poder Executivo. O trabalho também mostra a heterogeneidade da burocracia pública estadual, que se manifestou na diferença de posicionamento frente ao caso entre a Secretária do Patrimônio da União do PR e o INCRA/PR. O impacto da conjuntura política e do perfil da burocracia nos rumos da disputa pelo território indica a importância de um olhar relacional na análise dos

repertórios de ação coletiva. Aqui, o texto de Abers, Serafim e Tatagiba (2014) sobre “repertórios de interação” entre movimentos sociais e Estado, indicado para os artigos sobre sindicalismo, também pode ajudar na reflexão.

Utilizada para classificar os movimentos, a dimensão territorial também aparece no artigo "Pautas de luta de movimentos socioterritoriais camponeses diante do agravamento da crise ambiental e climática". O trabalho analisa o agravamento da crise climática e como vem reconfigurando as “pautas de luta dos movimentos socioterritoriais” no Rio Grande do Sul, a partir dos casos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). O artigo identifica que após 2023 e 2024, os movimentos reorientaram discursos e ações e passaram a construir estratégias de longo prazo, como a luta pelo reassentamento dos atingidos, e por maiores incentivos do governo para a transição agroecológica visando garantir tanto adaptação quanto resiliência para os assentados.

As autoras mencionam os termos “justiça socioambiental” e “justiça climática” mostrando que o primeiro reconhece a interdependência entre sociedade e natureza - é muito positivo que esse debate chegue ao GT. E trabalham disputas em torno da ideia de desenvolvimento sustentável. A análise mostra que os movimentos usam a ideia de justiça climática, o que é interessante – e seria ainda mais sendo mais aprofundado. Por outro lado, não fica muito claro no texto como fazem o debate em “interseção entre a luta por direitos humanos e direitos da natureza”. Seria possível usar mais essas categorias para orientar a análise?

O texto menciona MST e MPA como movimentos socioterritoriais, mas não discute o que isso significa, com base em qual literatura, que tipo de consequências isso tem para o que olha, como olha, como entende os movimentos. Metodologicamente, a pesquisa faz análise de materiais produzidos pelo MST e MPA, e documentos que tratam dos movimentos. Sobre isso, seria importante indicar com mais precisão as datas, tanto dos eventos climáticos extremos no RS como dos documentos selecionados, mas também como analisou o conteúdo, quais critérios para selecionar o que era mais relevante? Também na linha metodológica, o que ganhamos ao olhar MST e MPA juntos: qual a vantagem da comparação? Perceber o que há de similar e diferente entre ambos requereria discutir um pouco mais as especificidades dos movimentos, a partir da literatura, algo que falta ao texto.

A incorporação da pauta ambiental pelo MST também está presente no artigo “Reforma agrária popular: caminhos entre o cooperativismo e a agroecologia”. Livio Sergio Dias Claudino, Laura Angélica Ferreira Darnet e Luis Antonio Pasquetti discutem como o movimento aborda os temas do cooperativismo e da agroecologia ao longo de sua trajetória e como esses temas se relacionam com o debate sobre reforma agrária popular. Foram analisados textos publicados pelo movimento e documentos e notícias divulgadas em sua página na internet. De acordo com os autores, o levantamento não foi feito de modo sistemático nem quantitativo. Dessa forma, seria interessante informar quais foram os critérios adotados para a seleção do material de pesquisa.

A pesquisa concluiu que, nos anos 1990, o movimento buscou sistematizar experiências de cooperativismo e produzir cartilhas e manuais que auxiliassem seus integrantes a se organizar. Gradualmente, outros temas foram sendo incorporados à discussão sobre reforma agrária popular, tais como agroecologia, questões alimentares e mudanças climáticas. Como esses temas aparecem nas produções do movimento? Que concepção transmitem? Buscando um diálogo com o artigo anterior - que mostra que a incorporação de novas pautas reorientou estratégias - como esses novos temas impactaram outras dimensões do movimento: repertório de ação, alianças e relação com poder público, por exemplo?

No início do artigo, os autores informam que a pesquisa foi orientada pelo referencial teórico da agroecologia, sendo definida como o “(...) manejo de agroecossistemas através de ação social participativa, contribuindo para transformações mais gerais na estrutura social, tanto nos padrões de produção quanto de consumo (CAPORAL, COSTABEBER, 2004)” (p. 5), contudo essa definição não é mobilizada na análise do objeto de pesquisa. Como essa definição teórica de agroecologia ajudou a estruturar a pesquisa nos documentos do MST? Como ela auxiliou na compreensão da pergunta de pesquisa? Essa é uma definição que o próprio movimento assume?

Dialogar com conceitos das Teorias de Movimento Sociais pode contribuir para refletir sobre como o movimento cria enquadramentos e que sentidos atribui a eles ao longo do tempo. Em dado momento do artigo, ao analisar uma notícia do MST, os autores afirmam que o movimento evidencia que a realização da reforma agrária popular passa pela agroecologia de modo transversal com as questões de gênero e juventude. Considerando que a questão de gênero tem feito parte da agenda da maioria dos movimentos sociais na atualidade, seria

pertinente aprofundar a visão do Movimento sobre o assunto. Como o MST pensa essa transversalidade entre agroecologia e gênero?

Seguem algumas outras questões que podem auxiliar para o avanço da pesquisa: como o artigo dialoga com a literatura que analisa a temática do cooperativismo e da agroecologia no MST? Por que esses temas foram escolhidos pela pesquisa? Qual a trajetória da proposta de reforma agrária popular no MST? Qual era a proposta anterior a ela e que mudanças ela trouxe? Quais as justificativas o movimento apresenta para a adoção dessa concepção?

### **SEÇÃO 3 - A pluralidade de modos de viver, produzir e fazer política**

Esta seção permite uma abordagem bastante plural sobre a permanência e as transformações das comunidades rurais, por vezes identificadas (e identificando-se) como camponesas, outras como agricultoras familiares, outras como assentadas. Cada um dos trabalhos, a seu modo, apresenta estratégias de sobrevivência, reprodução e fortalecimento desses grupos nos territórios que habitam. Há aqui também um trabalho teórico, que se articula com os demais pela tematização das teorias do campesinato e como entendem a reprodução social.

Um ponto interessante para reflexão coletiva é a simultaneidade das formas de identificação (ou de vida?), muito mais do que qualquer ideia de substituição. Talvez a formulação que se encontra no texto de Uriah Almeida aporte um guia para pensarmos nessa diversidade: como pensar as comunidades como “espaço onde múltiplas temporalidades, práticas e saberes se entrelaçam”.

Outro ponto é como as comunidades optam por estratégias diferentes para sobreviver: algumas produzem associações econômicas, outras a resistência cotidiana. Apesar das diferenças, podemos encontrar desafios vividos para sobreviver, pressões sobre as terras, busca de estratégias de sobrevivência e melhoria da qualidade de vida em situações adversas.

Em busca de questões similares, novamente se pode mencionar a questão metodológica. Os trabalhos empíricos têm forte base de pesquisa. Todos também com entrevistas. Neles, seria interessante explorar mais quem foi entrevistado: se houve diversidade de gênero, idade, e outras características sociais. Isso pode fortalecer argumentos sobre consensos, e ajudar a entender elementos de tensão. Nenhum dos textos, também, discute como foi o acesso à

comunidade e a possibilidade de produzir as entrevistas, algo que pode definir com quem falamos e como ouvimos. Vale discutirmos essas questões, centrais para pesquisas qualitativas.

Um último tema que perpassa os trabalhos é a possibilidade de explorarmos potencialidades e limites de um olhar sobre as comunidades que incorpore o recorte geracional e de gênero. Trata-se de algo que está presente (ou latente) em todos os artigos. No texto sobre a cooperativa em Piatã, isso é expresso diretamente. Agricultores mais jovens “passaram a perceber a relevância que o café especial estava alcançando em Piatã e o quanto o segmento precisava de mais incentivos”. No texto sobre a teoria do campesinato, na seção sobre as estratégias de reprodução social das famílias camponesas, um aporte interessante é a sistematização de debates contemporâneos sobre mulheres, e também crianças e jovens. Aqui, parece haver espaço potencial para avançar na reflexão sobre como a inclusão desses elementos gera tensões com a imagem de reprodução social estabelecida, bem como as teorias e a imagem do campesinato. Essa questão, aliás, pode permear o olhar sobre consenso e tensão em todo o GT.

Dois textos trazem no título e no desenvolvimento a ideia de resistência. O termo aparece aqui como capacidade de sobrevivência em face a pressões externas, apesar das diferentes fontes (a soja, a cidade) ou, mais especificamente, a especulação imobiliária em suas diferentes formas – ratificando a centralidade da pressão pela terra em diferentes espaços.

O texto "Resistir é ficar: a permanência na terra contra o avanço da soja no Baixo Tocantins/PA", de Paula Tavares, discute a resistência camponesa em Baião, Pará, em resposta às pressões por compra de terras frente a recente e crescente expansão do monocultivo na região. A resistência se apresenta na recusa à venda de terras para os produtores de soja, caracterizada como resistência cotidiana e simbólica, expressa de forma informal, descentralizada e sem confronto entre os atores. A opção por ficar se justifica pela relação que estes possuem com o território, com os vizinhos e uma história partilhada desde a formação das comunidades.

Aqui, como nos trabalhos do bloco sobre sindicalismo, a principal referência teórica é Scott, como lente para observar a resistência cotidiana. O contraste é interessante, pois naquele bloco a presença de organizações era intensa, e aqui de fato se trata de um olhar para comunidades, o que pode ensejar um bom debate sobre as diferenças de uso dessa teoria nas distintas situações.

Ainda sobre a afirmação que a recusa a deslocamentos não leva a envolvimento com os movimentos sociais. A autora consegue formular hipóteses sobre por que isso não está no horizonte? E, dada a “resistência silenciosa”, como foi a identificação dessa comunidade como “resistente”? O que a torna visível? Uma curiosidade: os agricultores de Baião se autodenominam camponeses ou essa categoria é usada pela analista?

Aqui, a interação com o Estado aparece por meio dos projetos de desenvolvimento, enquanto a interação com o capital se dá na pressão pela venda das terras. Mas, não parece que os camponeses formulem muito, pelo que se apresenta, sobre o papel do Estado. Por outro lado, seria interessante explorar um pouco mais posições ambivalentes com o agronegócio: quando não veem só como problema, traz estrada, recursos, isso gera alguma tensão interna?

Em termos de literatura, há menção a diversos textos sobre resistência camponesa no Brasil, seria muito interessante sabermos mais se há algo específico no Baixo Tocantins em relação à literatura: como sua pesquisa pode contribuir com essa literatura? Ela reforça, aprofunda, abre questões?

Uriah Ferreira de Almeida, em “Resistências no rural metropolitano - O caso do Assentamento Fazenda Engenho Novo”, aborda o assentamento Fazenda Engenho Novo, localizado no município de São Gonçalo/RJ, como um território em que o modo de viver, produzir e habitar rural resistem às pressões do processo metropolização. Destaca a multifuncionalidade da agricultura familiar no rural metropolitano, que combina produção agroecológica, preservação ambiental e estratégias coletivas como associativismo e cooperativismo. O autor classifica o assentamento como um espaço de resistência e reinvenção da ruralidade. A pesquisa se orienta pelo conceito de cruzo, de Luiz Rufino, que permite pensar o assentamento como um espaço onde múltiplas temporalidades, práticas e saberes se entrelaçam. O questionamento da dicotomia entre campo e cidade também orienta o trabalho. Esses dois espaços se interpenetram e, no assentamento, coexistem práticas agrícolas e dinâmicas socioeconômicas impulsionadas pela proximidade com a cidade. Com intuito de aprofundar a discussão, cabe questionar: quais dinâmicas são essas? Como a cidade penetra no assentamento para além da especulação imobiliária informada no artigo? Há intercâmbios com o urbano que fortalecem o assentamento?

Dentre as conclusões da pesquisa, o autor destaca que o caso do assentamento Fazenda Engenho Novo contraria a perspectiva de que a sociedade se urbanizaria por completo. A

permanência do assentamento mostra como novas dinâmicas são incorporadas sem que a agricultura familiar perca sua identidade. Quais elementos compõem essa identidade? Ela se manifesta apenas na organização econômica da família? Há heterogeneidade no assentamento? O autor vê o assentamento como uma “utopia urbano-camponesa”, apoiando no conceito de Monte-mor: “Além de promoverem a produção de alimentos, propõem formas preciosas de habitar o espaço rural, com foco na gestão e construção de relações mais harmônicas entre o ser humano e a natureza, considerando que esses agricultores atuam como protetores desses territórios.” (p. 12.).

Esses dois primeiros trabalhos tendem a enfatizar certa homogeneidade nas posições dos agricultores. No Pará, a posição de ficar é apresentada como consensual. Dada a condição conflitiva da vida em sociedade, e as tensões em termos de decisões econômicas e políticas, como podemos tematizar esse consenso? Ele se sustenta se olharmos em detalhe diferentes grupos? Há silêncios possíveis? Isso retoma o debate teórico –o que as teorias nos permitem ver – e metodológico – com quem conversamos – colocado no início da sessão. O assentamento no Rio de Janeiro também aparece como um espaço harmônico e homogêneo. Que contribuições o próprio conceito de cruzo traz para pensarmos sobre a diversidade interna dos assentamentos e as múltiplas relações que podem estabelecer com o urbano?

Um detalhe: o texto menciona cooperativismo, mas não desenvolve. No GT, seria interessante que o tema fosse aprofundado pois pode trazer conexões interessantes com o texto a seguir.

Os dois outros artigos falam menos de resistência, e mais de formas de reprodução e fortalecimento, apesar das diferenças – um é teórico, o outro empírico.

O artigo “O papel do cooperativismo na mediação de acessos na agricultura familiar de Piatã (BA)”, de Thalita Viana Pontes, discute o cooperativismo como estratégia de fortalecimento da agricultura familiar (AF) por meio do acesso a serviços, mercados e outros instrumentos que viabilizam a sua consolidação, a partir do caso da cafeicultura do município baiano de Piatã, na Chapada Diamantina. Afirma que o cooperativismo é importante para a promoção do desenvolvimento através da mobilização de recursos locais, oferecendo à AF “ambiente propício para a criação de estratégias para sua reprodução social e econômica”. Assim, contribui com a integração ao mercado, a superação da dependência de intermediários e o acesso a políticas públicas. O texto conta que a criação da cooperativa alterou o cenário de

dependência de intermediários, permitindo que os cafeicultores ampliassem sua autonomia produtiva, se inserissem em mercados mais valorizados de cafés especiais, e participassem de programas e projetos. Além disso, a cooperativa tornou-se um espaço de representação política, fortalecendo os agricultores.

Apesar da ênfase na associação econômica, o artigo converge com os demais da seção por não tratar de ação contenciosa. O que observamos neste texto é um perfil de ação coletiva que busca sobrevivência econômica e melhoria das condições de vida. Ainda assim, o artigo aborda cooperativismo mas permite entrever efeitos além da sua função econômica, assumindo um papel estruturante na reconfiguração das dinâmicas produtivas, políticas e simbólicas da agricultura familiar.

Aqui, novamente, aparece a questão da produção de organizações como ferramenta para sobrevivência. No GT, em síntese, como aparecem as organizações? Como analisar seu papel na produção das possibilidades e formas de ação?

Em termos de teoria, mobiliza autores centrais do debate. O que mais ressalta, porém, é o potencial das cooperativas. Uma literatura mais crítica que mostra as dificuldades de manter as iniciativas, seria útil? O que mais ela teria te permitido ver?

De fato, também esse texto menciona a questão do campesinato: “São agricultores que possuem laços com o campesinato através dos antepassados, de quem herdaram os saberes tradicionais da cultura do café, mas que hoje possuem uma relação muito consistente com um tipo de mercado muito específico e rentável, que é o de cafés especiais”: podemos discutir essa afirmação no GT, como a categoria campesinato é construída, ativada, reconfigurada, abandonada? Como a tradição por vezes aparece no passado, por vezes é elemento que compõe o presente?

O texto “As estratégias de reprodução social de famílias rurais à luz da teoria do campesinato”, de Isabelle Rossatto Cesa e Marina Calisto Alves faz uma revisão de interpretações sobre o campesinato. Eixos recorrentes nas teorias são o vínculo com a terra, o trabalho familiar e a cooperação comunitária. As estratégias de reprodução social incluem práticas agrícolas sustentáveis, diversificação produtiva e transmissão de saberes entre gerações. As autoras afirmam que o elemento inovador do trabalho é observar como as estratégias de reprodução camponesa aparecem na “teoria clássica do campesinato”. Há um

belo esforço de síntese de textos clássicos. Sobre as teorias contemporâneas, no âmbito internacional, seria interessante pensar a utilidade de reconhecer e discutir como se delineiam entendimentos de camponato nas diferentes linhas teóricas, mais vinculadas às formas de vida (Hall, Scoones), questões econômicas (Bernstein), mais atentas aos usos dos movimentos camponeses (Borras). Também seria interessante trabalhar possíveis tensões entre teorias sobre o camponato produzidas desde os países do capitalismo central e em países do Sul Global: como dialogam? Quais os fluxos de citação? Quais tensões autores como Martins aportam à tradução desses debates para países como o Brasil?

Por fim, dada a centralidade do capitalismo no debate, como incorporar, na revisão, diferentes fases capitalistas: como o neoliberalismo, ou o capitalismo financeiro atravessam o camponato? O que esperar de processos de digitalização, do maior acesso de camponeses à tecnologia em período de mudanças da esfera pública dadas as estruturas de comunicação – e como diferentes grupos (mulheres, crianças, jovens) lidam com isso, bem como impactos para a reprodução social? Ou seja, para onde vocês gostariam de levar o esforço de retomar esse debate teórico?

Cabe também discutir outra questão latente nos diferentes textos: qual o papel do Estado e das relações com os entornos na produção dos diferentes perfis de identificação, como agricultores familiares, camponeses, assentados.